



SERVIÇO DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO – DSI

O SEU BOLETIM INFORMATIVO

INSTITUCIONAL

Normas selecionadas do *Diário da Justiça no período de
01 a 31 janeiro para cadastro na base da Biblioteca

**DIÁRIO DA JUSTIÇA

Edição nº 7514/2023 - Segunda-feira, 9 de Janeiro de 2023. [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº5001/2022-GP, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022 - Altera a Portaria nº 4753/2022-GP, de 6 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o expediente forense no período natalino e sobre a suspensão dos prazos processuais no Poder Judiciário do Estado do Pará.

Edição nº 7515/2023 - Segunda-feira, 9 de Janeiro de 2023 (edição extra) - [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 5014/2022-GP Belém, 28 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre a desafetação de bens públicos de uso especial para fins de alienação e dá outras providências.

PORTARIA Nº 5018/2022-GP- Belém, 28 de dezembro de 2022 - Art. 1º Fica instituído o Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica (CPGE), no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, biênio 2021-2023, com a atribuição de gerenciamento do processo de planejamento e gestão estratégica, no que tange ao acompanhamento, monitoramento, avaliação e reprogramação do Plano de Gestão 2021-2023.

PORTARIA Nº 5019/2022-GP Belém, 28 de dezembro de 2022 - Art. 1º Proceder a atualização monetária do valor do auxílio-alimentação concedido aos(as) magistrados(as) e servidores(as) ativos(as) do Poder Judiciário do Estado do Pará, passando o valor do referido auxílio para R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).



Edição nº 7519/2023 - Terça-feira, 17 de Janeiro de 2023. [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 62/2023-GP, DE 11 DE JANEIRO DE 2023 - Prorroga, por mais 30 (dias), a suspensão da vigência do Provimento n. 001/2022-CGJ, de 17 de fevereiro de 2022, da Corregedoria Geral de Justiça.

Edição nº 7521/2023 - Quinta-feira, 19 de Janeiro de 2023. [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 100/2023-GP, DE 18 DE JANEIRO DE 2023 - Art. 1º OUTORGAR a medalha "MÉRITO DESEMBARGADOR ERMANO DOMINGUES DO COUTO".

PORTARIA Nº 131/2023-GP, DE 18 DE JANEIRO DE 2023 - Art.1º Conceder a Medalha de "Alta Distinção Judiciária" aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores pelos relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário.

PORTARIA Nº 116/2023-GP, DE 17 DE JANEIRO DE 2023 - Institui o Grupo de Trabalho para atuação como pontos focais das ações em âmbito local de saneamento do BNMP 2.0.

Edição nº 7525/2023 - Quarta-feira, 25 de Janeiro de 2023. [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 100/2023-GP, DE 18 DE JANEIRO DE 2023. *Republicada por retificação - Art. 1º OUTORGAR a medalha "MÉRITO DESEMBARGADOR ERMANO DOMINGUES DO COUTO" aos a seguir nominados pela excepcional postura profissional, técnica e ética no desempenho de suas funções nos seguintes graus.

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO

A Presidenta da Comissão Permanente de Avaliação Documental, designada pela Portaria nº 2959/2020-GP, de 15 de dezembro de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 7050, de 16 de dezembro de 2020, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos anexa, aprovada pela chefe da Divisão de Arquivo do Tribunal de Justiça do Pará, faz saber, a quem possa interessar, que, transcorridos quarenta e cinco dias da data de publicação deste Edital no Diário da Justiça Eletrônico, se não houver oposição, a Divisão de Arquivo eliminará 19.957 autos processuais do período de 1990 a 2017, da 1ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém.

Edição nº 7526/2023 - Quinta-feira, 26 de Janeiro de 2023. [Clique aqui](#)

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 25 DE JANEIRO DE 2023 -Dispõe sobre a autorização, em caráter precário e excepcional, para residência de magistrados(as) fora da comarca de lotação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA).

Edição nº 7527/2023 - Sexta-feira, 27 de Janeiro de 2023. [Clique aqui](#)

PORTARIA N. 268/2023-GP, DE 26 DE JANEIRO DE 2023 - Prorroga, por mais 30 (dias), a suspensão da vigência do Provimento n. 001/2022-CGJ, de 17 de fevereiro de 2022, da Corregedoria Geral de Justiça.

Edição nº 7529/2023 - Terça-feira, 31 de Janeiro de 2023. [Clique aqui](#)

PORTARIA Nº 01/2023-EJPA, DE 26 DE JANEIRO DE 2023 - Oficializa o "HINO DA ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ", com letra e música de autoria do Desembargador do Trabalho, aposentado, e Compositor Vicente José Malheiros da Fonseca.

PORTARIA Nº 02/2023-EJPA. Belém, 30 de janeiro de 2023 -Outorga do Certificado "Mérito Docente - 40 anos da EJPA e do Certificado "Mérito Funcional - 40 anos da EJPA.

PORTARIA Nº 26/2023-SEJUD. RESOLVE: Ascender, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso III, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Pará, combinado com o art. 188, inciso I, e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de antiguidade, o Magistrado PEDRO PINHEIRO SOTERO, Juiz de Direito de 3ª Entrância, titular da 3ª Vara de Família da Comarca da Capital, ascendendo ao Cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.





LEGISLAÇÃO SELECIONADA

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Nº 35.230 Sexta-feira, 23 DE DEZEMBRO DE 2022. [Clique aqui](#)

LEI Nº 9.762, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022- Institui o Programa Estadual de Formação de Campeões do Breaking para as Olimpíadas de 2024.

LEI Nº 9.763, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022 - Institui, no âmbito do Estado do Pará, o Dia Marielle Franco – Dia de Luta das Mulheres Negras, Periféricas, LGBTI+ e Mães Solo.

LEI Nº 9.764, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022 - Institui a Semana Estadual de Mobilização e Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa no Estado do Pará.

No 35.231 Sexta-feira, 23 DE DEZEMBRO DE 2022. Edição extra. [Clique aqui](#)

LEI No 9.771, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre a institucionalização da política pública Territórios pela Paz (TerPaz) no âmbito do Estado do Pará.

LEI No 9.772, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022 - Autoriza a prorrogação dos contratos temporários de pessoal com fim de vigência no mês de dezembro de 2022.

DECRETO No 2.838, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022 - Regulamenta a Lei Estadual no 9.674, de 24 de agosto de 2022, que dispõe sobre a distribuição das receitas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) a partir do critério de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos.

No 35.233 Segunda-feira, 26 DE DEZEMBRO DE 2022. [Clique aqui](#)

DECRETO No 2.838, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022* - Regulamenta a Lei Estadual no 9.674, de 24 de agosto de 2022, que dispõe sobre a distribuição das receitas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) a partir do critério de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos. *Republicado por ter saído com incorreções no publicado no Diário Oficial do Estado no 35.231, de 23-12-2022 – Edição Extra.

*Os atos selecionados do Diário da Justiça são coletados, respeitando a norma culta da redação dos atos publicados.

**Não realizamos correção textual.





LEGISLAÇÃO SELECIONADA

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

No 35.236 Quarta-feira, 28 DE DEZEMBRO DE 2022. [Clique aqui](#)

LEI No 9.773, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022 - Institui a Política Estadual de Turismo em Base Comunitária no Estado do Pará.

LEI No 9.779, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022 - Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Esquizofrenia.

No 35.239 Quinta-feira, 29 DE DEZEMBRO DE 2022. [Clique aqui](#)

DECRETO No 2.854, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar no 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.

No 35.247 Sexta-feira, 06 DE JANEIRO DE 2023. [Clique aqui](#)

LEI No 9.782, DE 5 DE JANEIRO DE 2023 - Altera a Lei no 8.037, de 05 de setembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

LEI No 9.783, DE 5 DE JANEIRO DE 2023 - Regulamenta a composição e a estrutura funcional da Coordenadoria Militar do Poder Judiciário do Estado do Pará, criada pela Lei Estadual no 6.500, de 4 de novembro de 2002, e alterada pela Lei Estadual no 6.850, de 2 de maio de 2006.

No 35.249 Segunda-feira, 09 DE JANEIRO DE 2023. [Clique aqui](#)

LEI No 9.786, DE 5 DE JANEIRO DE 2023 - Institui a Semana do Combate à Mortalidade Materna no Estado do Pará.

No 35.260 Quinta-feira, 19 DE JANEIRO DE 2023. [Clique aqui](#)

LEI No 9.852, DE 12 DE JANEIRO DE 2023 - Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.



LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei nº 14.489, de 21.12.2022 - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público – Lei Padre Júlio Lancelotti. [Clique aqui](#)

Emenda Constitucional nº 126, de 21.12.2022 - Altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Decreto nº 11.303, de 22.12.2022 - Altera o Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018, que regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. [Clique aqui](#)

Emenda Constitucional nº 127, de 22.12.2022 - Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer que compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira; altera a Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, para estabelecer o superávit financeiro dos fundos públicos do Poder Executivo como fonte de recursos para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira; e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Emenda Constitucional nº 128, de 22.12.2022 - Acrescenta § 7º ao art. 167 da Constituição Federal, para proibir a imposição e a transferência, por lei, de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. [Clique aqui](#)

Medida Provisória nº 1.150, de 23.12.2022 - Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. [Clique aqui](#)

Medida Provisória nº 1.151, de 26.12.2022 - Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Decreto nº 11.311, de 27.12.2022 - Institui a Rede de Curadoria dos Atos Normativos Federais e dispõe sobre o Portal da Legislação do Planalto e suas evoluções tecnológicas.. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.508, de 27.12.2022 - Altera o art. 6º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que “Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)”, para estabelecer normas sobre a posição topográfica dos advogados durante audiências de instrução e julgamento. [Clique aqui](#)





LEGISLAÇÃO FEDERAL

Medida Provisória nº 1.153, de 29.12.2022 - Dispõe sobre a prorrogação da exigência do exame toxicológico periódico, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, quanto ao seguro de cargas, e altera a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, quanto às cessões de Analistas de Infraestrutura e Especialistas em Infraestrutura Sênior. [Clique aqui](#)

Decreto nº 11.366, de 1º.1.2023 - Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. [Clique aqui](#)

Medida Provisória nº 1.157, de 1º.1.2023 - Reduz as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina. [Clique aqui](#)

Decreto nº 11.377, de 8.1.2023 - Decreta intervenção federal no Distrito Federal com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública, nos termos em que especifica. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.531, de 10.1.2023 - Altera as Leis nºs 13.675, de 11 de junho de 2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para dispor sobre a implementação de ações de assistência social, a promoção da saúde mental e a prevenção do suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social e para instituir as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública e defesa social; e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.532, de 11.1.2023 - Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.533, de 11.1.2023 - Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. [Clique aqui](#)





LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei nº 14.534, de 11.1.2023 - Altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos. [Clique aqui](#)

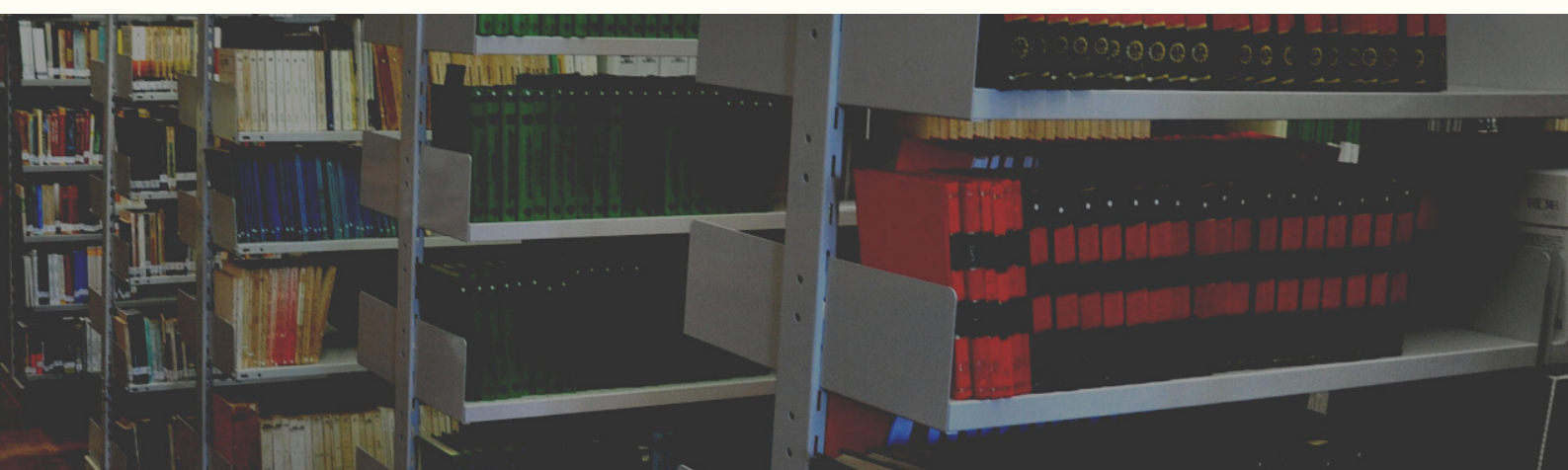
Medida Provisória nº 1.159, de 12.1.2023 - Altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS da incidência e da base de cálculo dos créditos da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. [Clique aqui](#)

Lei nº 14.536, de 20.1.2023 - Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, a fim de considerar os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para a finalidade que especifica. [Clique aqui](#)

Decreto nº 11.384, de 20.1.2023 - Institui o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária das Populações em Território Yanomami. [Clique aqui](#)

Decreto nº 11.405, de 30.1.2023 - Dispõe sobre medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e de combate ao garimpo ilegal no território Yanomami a serem adotadas por órgãos da administração federal. [Clique aqui](#)





NOTÍCIAS SELECIONADAS

MPPA

MPPA recomenda à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros que esclareçam aos efetivos da ativa sobre consequências de comentários de caráter político. [Leia mais](#)

MPPA lança campanha sobre Educação Inclusiva. [Leia mais](#)

ALEPA

Deputados ouvem em oitiva representantes da ARCON, Portos e Hidrovias, e do SETRANS. [Leia mais](#)

Alepa realiza ação no Solar da Beira, em Belém, para sensibilizar sobre a saúde mental. [Leia mais](#)

STF

Servidor contratado sem concurso não tem direito a indenização de férias-prêmio. [Leia mais](#)

Exigência de nível superior para técnico judiciário é questionada no STF. [Leia mais](#)

Convenções internacionais não se aplicam a dano moral em transporte internacional de passageiros. [Leia mais](#)

STJ

Segunda Turma reafirma entendimento de que empresa em recuperação judicial pode participar de licitação. [Leia mais](#)

STJ determina que crianças abrigadas há mais de cinco anos sejam colocadas em família substituta. [Leia mais](#)

JTítular de cartório não tem de pagar salário-educação, define Segunda Turma. [Leia mais](#)

É nulo o consentimento para ingresso da polícia em residência após prisão em flagrante por motivo diverso. [Leia mais](#)

JURISPRUDÊNCIA: Pesquisa Pronta traz novos temas sobre acessibilidade para pessoas com deficiência. [Leia mais](#)





OBRAS DISPONÍVEIS NO ACERVO DA BIBLIOTECA

ACERVO JURÍDICO



ACERVO PROJETO LEITURA LIVRE

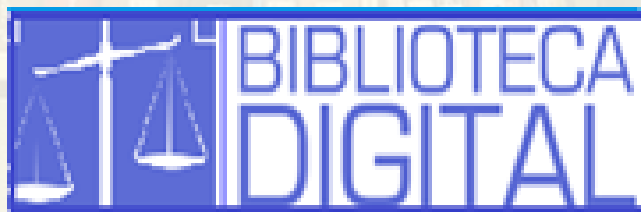


PUBLICAÇÃO INSTITUCIONAL



ACERVO DIGITAL

BIBLIOTECA DIGITAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (BDTJPA)



PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO JURÍDICO



REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE / BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE³



ACESSE O SITE DA BIBLIOTECA, NO PORTAL INTERNO/EXTERNO, CLIQUE NA ABA BIBLIOTECA DIGITAL





PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



Biblioteca
Desembargador
ANTÔNIO KOURY

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização:

Serviço de Referência Bibliográfica
Josiane Neves – Analista Judiciário / Bibliotecária

Revisão:

Elaine Ribeiro – Chefe da Divisão de Biblioteca
Felicidade de Fátima Silva- Assistente - DDI

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

EDIÇÃO DE JANEIRO DE 2023